LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2016
LDO 2016
ANEXO III
DEMONSTRATIVO DA LOTAÇÃO DE PESSOAL ATIVO

PODER:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
BIMESTRE:

LDO, art. 57 R$ 1.000,00

ÓRGÃO	NOME	CARGO/FUNÇÃO	REMUNERAÇÃO BASE	RETROATIVOS	FÉRIAS	AUX. ALIMENTAÇÃO AUX.TRANSPORTE	REDUTOR CONSTITUCIONAL	IMPOSTO DE RENDA E PREVIDENCIA	OUTROS DESCONTOS	VALOR LÍQUIDO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

LDO 2016

ANEXO IV – RISCOS FISCAIS

A Lei Complementar nº 101/2000, em seu art. 4º, § 3º, estabelece que a Lei das Diretrizes Orçamentárias conterá o Anexo de Riscos Fiscais, compreendendo os passivos contingentes e outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas, incluindo as providências a serem adotadas, caso esses se concretizem.

Observe-se que em recente decisão de 25/03/2015, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento sobre a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional n° 62/2009, que havia instituído o último regime de pagamento de precatórios, nas ADIs 4357 e 4425, estabelecendo que fica mantido parcialmente o regime criado pela emenda pelo período de cinco anos, contados a partir de janeiro de 2016, tendo ainda fixado um novo índice de correção monetária e estabelecida a possibilidade de compensação de precatórios vencidos com o estoque de créditos já inscritos em dívida ativa.

É de salientar que realmente ocorrem situações de risco ao Erário, que podem afetar as contas públicas, como por exemplo determinações de majoração de vencimentos ou incorporação de vantagens por meio de folha suplementar, via Mandados de Segurança ou Ações Ordinárias transitadas em julgado.

Dessa forma, registra-se que existem Requisições de Pequeno Valor – RPV que devem ser pagas em 120 dias a partir da intimação para pagamento, tendo sido orçado para o ano de 2015 o valor de R$ 15.274.069,00, valor esse que também se projeta para o ano de 2016, principalmente em virtude das demandas de massa cujo objeto é o adicional de interiorização dos policiais militares e também por força do entendimento jurisprudencial pacificado da possibilidade de fracionamento de execuções em litisconsórcio, e cuja parcela individual não ultrapasse o teto para pagamento por Requisição de pequeno valor.

Restam, ainda, serem apontados, para fins de estimativa dos riscos fiscais, os passivos contigentes os quais são obrigações incertas ou eventuais que podem afetar as contas públicas, caso efetivado, resultando no aumento da despesa pública, sem estar prevista antecipadamente. São situações que envolvem um grau de incerteza quanto à sua efetiva ocorrência, mas que podem afetar o equilíbrio fiscal do Estado.

Os passivos contigentes apurados pela Procuradoria de Execução da Procuradoria-Geral do Estado, para constar no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016, identificam alguns Processos Judiciais que podem oferecer riscos ao erário público a saber:

1. CONSPEL LTDA – CONSTRUTORA PETROLA LTDA: Em fase de execução, pendente de julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário ingressados pelo Estado do Pará. Valor envolvido R$30.791.727,60 (trinta milhões, setecentos e noventa e um mil, setecentos e vinte e sete reais e sessenta centavos);

2. AÇÃO CIVIL PÚBLICA N. 187/2005: Acordo firmado com o Ministério Público do Trabalho e Estado do Pará para demitir em torno de 500 a 600 temporários de educação especial, com multa de R$20.000,00 (vinte mil reais) por trabalhador não demitido, com os desligamentos graduais 2015, 2016 e 2017; Foi feito TAC apartado, com a participação da UEPA, para formar e fazer concurso para professor indígena até 2017, sob pena de ser aplicada a mesma multa acima.

3. SINDICATO DOS RADIALISTAS DO ESTADO DO PARÁ X FUNTELPA: Proc. judicial nº 1914-1998-014-08-00 – 14ª Vara do Trabalho de Belém – RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. Valor aproximado: R$ 4.500.000,00. (quatro milhões e quinhentos mil reais) Objeto: diferenças salariais em virtude de acordo coletivo. Saldo de Precatório não pago integralmente;

4. MICOM – MACEDO IND.E COM. METALURGICA LTDA. Mandado de Segurança 20041053769-9 e 2010.3.011513-8. Valor aproximado R$5.122.087,53 e R$1.024.417,51 de verba honorária. Pagamento de indenização por desapropriação indireta;

5. SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE BELÉM – SISPEMB – AÇÃO DE COBRANÇA. Proc. Nº 0008829-05.1999.814.0301. Valor da condenação: ainda inestimável, porém o SISPEMB menciona nos autos do processo algo em torno de 1,5 bilhões de reais. Pagamento aos servidores públicos civil no Município de Belém de diferença percentual (22,45%) de reajuste concedido em outubro de 1995 a servidores militares, além de abono salarial de R$ 100,00 (cem reais mensais).

No caso da materialização de qualquer dos possíveis riscos fiscais relacionados neste anexo,medidas serão imediatamente adotadas para que o equilíbrio fiscal se restabeleça, quais sejam:

1. Créditos suplementares à conta de anulações parciais ou totais de dotações orçamentárias incluindo reserva de contingência;

2. Limitações de empenho das despesas sem vinculação constitucional ou legal;

3. Contingenciamento de despesas discricionárias.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016
LDO 2016

Memória de Cálculo da Receita - 2016/2018

R$ MILHARES

ESPECIFICAÇÃO	2015	PREVISÃO 2016	2017	2018
RECEITAS CORRENTES	22.874.878	24.928.970	27.042.593	29.476.994
ReceitaTributária	11.531.527	12.735.671	14.048.286	15.455.299
Impostos	10.781.326	11.910.359	13.141.613	14.461.813
Taxas	750.201	825.312	906.673	993.486
Receitas de Contribuições	1.201.685	1.293.253	1.387.661	1.484.658
Receita Patrimonial	577.355	621.349	666.708	713.311
Receitas Financeiras	453.054	487.577	523.170	559.740
Receitas não Financeiras	124.301	133.772	143.538	153.571
Transferências Correntes	7.794.349	8.388.278	8.900.622	9.629.766
Transferências Intergovernamentais	4.903.854	5.277.527	5.612.787	6.058.616
Transferências da União	4.903.854	5.277.527	5.612.787	6.058.616
Cota-Parte do FPE	4.546.097	4.892.509	5.249.662	5.616.614
Transferências de Recursos do SUS-FNS	357.757	385.018	363.125	442.002
Outras Transferencias Correntes	2.890.495	3.110.751	3.287.835	3.571.150
Outras Receitas Correntes	1.769.963	1.890.419	2.039.316	2.193.960
Multas e Juros de Mora dos Tributos	205.273	225.947	248.361	272.293
Receita da Dívida Ativa Tributária	137.361	152.058	168.135	185.412
Outras Receitas Correntes	1.427.328	1.512.414	1.622.820	1.736.255
RECEITA DE CAPITAL	555.261	562.964	462.512	329.064
Operações de Crédito	455.609	455.718	347.437	205.945
Amortização de Empréstimos	7.357	7.918	8.496	9.090
Alienações de Bens	3.139	3.379	3.625	3.879
Transferências deCapital	88.602	95.353	102.314	109.465
Outras Receitas de Capital	554	596	640	685
DEDUÇÃO DO FUNDEB	2.474.822	2.710.202	2.963.110	3.231.352
RECEITA TOTAL	20.955.317	22.781.731	24.541.995	26.574.705

Nota: 2015 refere-se ao valor reestimado.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016
LDO 2016

Memória de Cálculo da Despesa - 2016/2018

ESPECIFICAÇÃO	2015	PREVISÃO - R$ MILHARES 2016	2017	2018
DESPESAS CORRENTES	**18.060.606**	**19.616.692**	**21.219.038**	**23.063.582**
Pessoal e Encargos Sociais	10.719.853	11.636.706	12.486.185	13.546.989
Juros e Encargos da Dívida	378.357	389.874	340.475	295.144
Outras Despesas Correntes	4.222.780	4.558.974	5.042.587	5.529.416
TCM	2.739.616	3.031.138	3.349.791	3.692.034
DESPESAS FISCAIS CORRENTES	**17.682.249**	**19.226.818**	**20.878.563**	**22.768.438**
DESPESAS DE CAPITAL	2.387.046	2.615.872	2.733.701	2.880.678
Investimento	1.588.143	1.775.160	1.904.746	2.087.888
Inversões Financeiras	268.550	289.013	310.111	331.788
Concessão de Empréstimos	30.964	33.324	35.756	38.256
Demais Inversões Financeiras	237.585	255.689	274.355	293.532
Amortização da Dívida	530.353	551.699	518.844	461.002
DESPESAS FISCAIS CAPITAL	1.825.728	2.030.849	2.179.101	2.381.420
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	507.665	549.167	589.256	630.445
Despesa Total	**20.015.642**	**21.806.834**	**23.646.920**	**25.780.303**

Nota: 2015 refere-se ao valor reestimado.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016
LDO 2016
MEMÓRIA DE CÁLCULO
MARGEM DE EXPANSÃO 2016

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REESTIMATIVA LDO 2015 (1)	PROJEÇÃO LDO 2016 (2)	RESULTADO (3=2-1)
I - RECEITA CORRENTE BRUTA	**22.874.877.956**	**24.928.970.002**	**2.054.092.046**
Receita Tributária	11.531.526.963	12.735.670.724	1.204.143.761
Receita de Contribuição	1.201.684.714	1.293.253.089	91.568.375
Receita Patrimonial	577.354.902	621.349.345	43.994.444
Transferências Correntes	7.794.348.711	8.388.278.082	593.929.372
Outras Receitas Correntes	1.769.962.667	1.890.418.762	120.456.095
II - DESPESAS DE CARATER CONTINUADO	**10.323.094.625**	**11.332.818.306**	**1.009.723.681**
Transferências Constitucionais aos Municípios	2.745.603.468	3.031.138.277	285.534.809
Transferência do Estado ao FUNDEB	2.474.822.214	2.710.202.440	235.380.226
Vinculação à Educação	842.690.010	918.602.682	75.912.672
Vinculação à Saúde	1.592.405.867	1.741.826.458	149.420.591
Vinculação aos Outros Poderes e Defensoria	2.090.032.701	2.286.147.227	196.114.526
Vinculação à Ciência e Tecnologia	60.388.772	54.326.404	(6.062.367)
Despesas aprovadas por Lei - (a)	441.643.890	508.028.357	66.384.467
PASEP	75.507.704	82.546.461	7.038.757
III - SALDO FINAL DE AUMENTO PERMANENTE (1-	**12.551.783.331**	**13.596.151.697**	**1.044.368.365**
IV - SALDO UTILIZADO DA MARGEM BRUTA	**10.097.206.872**	**10.875.361.229**	**778.154.357**
Aumento de Pessoal	7.757.971.982	8.368.524.377	610.552.395
Divida Estadual (Juros)	378.357.450	389.873.568	11.516.118
Outras Despesas Correntes - (b)	1.960.877.440	2.116.963.284	156.085.844

FONTE: SEFA e SEPLAN
Nota (a) - Vale Alimentação, Auxilio Transporte, Auxilio Fardamento servidor e Portadores de Hanseniase.
Nota (b) - Refere-se ao custeio dos Órgãos deduzindo os custeios de: Transf. Const. aos Municípios, Saúde, Educação, Fapespa, Outros Poderes, Defensoria, Pasep e Odc folha.

Protocolo 854731